



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Ética e Direitos Humanos

**O trabalho do assistente social com mulheres cuidadoras na política de assistência social em Londrina: uma análise dos aspectos técnicos e éticos.**

Maria Luísa Ribeiro Miranda Rossini<sup>1</sup>  
Olegna de Souza Guedes<sup>2</sup>

**Resumo.** Este artigo apresenta parte de resultados de pesquisa desenvolvida durante a Iniciação Científica desenvolvida no ano 2020; tem como objetivo apresentar aspectos da relação entre valores morais e dificuldades apresentadas por mulheres atendidas na política de assistência de Londrina. A pesquisa foi qualitativa e construída através de análise bibliográfica, documental e de entrevistas com assistentes sociais que trabalham na viabilização dessa política. Observou-se que a moral sexista construída historicamente reverbera na sobrecarga para mulheres em seus múltiplos papéis no mercado de trabalho e no âmbito doméstico. Além disso, a política de assistência, focada no familismo, tende a reafirmar essa sobrecarga.

**Palavras-chave:** valores morais; gênero (relação entre sexos); familismo; ética profissional; trabalho do assistente social.

**Abstract:** This article presents part of the research results developed during the Scientific Initiation developed in the year 2020; aims to present aspects of the relationship between moral values and difficulties presented by women assisted in the assistance policy of Londrina. The research was qualitative and built through bibliographic and documentary analysis and interviews with social workers who work to make this policy viable. It was observed that the historically constructed sexist morality reverberates in the overload for women in their multiple roles in the labor market and in the domestic sphere. In addition, the assistance policy, focused on familism, tends to reaffirm this burden.

**Keywords:** moral values; gender (relation between sexes); familism; professional ethics; social worker job.

<sup>1</sup> Discente do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina; Marialuisarossini20@gmail.com

<sup>2</sup> Docente do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, doutora em Serviço Social; Olegnasg@gmail.com



## INTRODUÇÃO

O artigo que se apresenta volta-se à análise de aspectos morais que permeiam o trabalho do assistente social com mulheres usuárias da política de assistência desenvolvida nos CRASS<sup>3</sup> no município de Londrina. Dentre esses aspectos delimita-se aos que se relacionam à moral sexista e que concorrem para configurar a dominação de gênero como fundante de valores reproduzidos por mulheres que são atendidas no trabalho do assistente social e que deve, portanto, ser subsídio para orientar as ações desses profissionais em seus aspectos éticos e técnicos.

Parte-se da premissa que o exercício profissional do assistente social deve se consolidar, entre outros aspectos, através de uma leitura crítica da realidade social vivenciada pelas/os usuária/os das políticas que este profissional gerencia e/ou executa no âmbito das instituições públicas ou privadas que contratam os seus serviços. Faz parte desta leitura crítica, identificar aspectos morais presentes nos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais e, dentre esses, os que se referem às relações entre os sexos.

Parte-se, também, da perspectiva teórico crítica na qual se afirma que a moral é histórica. A este respeito, Vásquez (2002) pontua, que a moral é construída a partir de condutas e valores a serem aceitos socialmente em determinadas épocas, sendo assim, a moral é mutável; suas determinações, em cada tempo histórico, se delineiam sob condições econômicas e sociais diversas. Porém, isto não impede que algumas condutas morais perpassem os anos e se tornem meios de controle, ou, como dito pelo autor, não impede a utilização da moral para justificar a opressão. Soma-se à essa historicidade, a peculiaridade da moral no Brasil, a qual, segundo Bonfim (2015), se constitui através de um processo de exploração e de concentração de poder político e econômico que perpassa os anos e se atualiza, tornando-se cada vez mais cruel para aqueles que sofrem os efeitos de uma estrutura socioeconômica em que as desigualdades são naturalizadas.

Na contemporaneidade, a partir de uma agenda pública voltada para a ascensão de uma política neoliberal que visa a diminuição do poder estatal e com ele o enfraquecimento de políticas de proteção social, assiste-se à naturalização de situações de desigualdade social. No campo das políticas sociais, sobretudo as de assistência sob a qual se centra essa pesquisa, essa naturalização tende a ser conjugada com debate das vulnerabilidades



sociais associado, sobretudo, à culpabilização dos sujeitos e, dentre esses, as famílias pelas condições sociais e econômicas a que estão submetidas.

O que observa a partir disso é a reafirmação de uma moral que propõe a manutenção de uma ordem familiar nuclear que se encaixa dentro de um padrão de relações entre os sexos esperados socialmente e tratados como “normais”. Tal padrão converge para o constituído historicamente pela formação de pai, mãe e filhos organizado sob uma ordem hierárquica que reforça o papel da mulher como a que mantém o trabalho doméstico privando-a, muitas vezes, de entrar no mercado de trabalho e/ou duplicando sua jornada de trabalho, e mantendo os filhos como dependentes do cuidado feminino. As mulheres tendem a se tornar vítimas da preservação desta ordem familiar até mesmo sob circunstâncias de violência física e/ou psicológica. Conforme Saffioti (2004, p.77) “não resta dúvida de que a hierarquia começa no chefe e termina no mais frágil dos seus filhos, provavelmente filhas.”

É partir desses marcos teóricos e dessas observações que se realizou pesquisa, cujos resultados são apresentados neste artigo. A pesquisa foi qualitativa e construída através de dois procedimentos: uma revisão pesquisa bibliográfica e uma pesquisa empírica que teve como instrumento entrevistas aplicadas a 03 assistentes sociais que trabalham na aplicabilidade da política de assistência em Londrina; esses/essas profissionais são portanto os sujeitos que colaboraram com essa pesquisa. As entrevistas foram estruturadas com questões semiabertas com vistas a identificar interpretações da/os assistentes sociais sobre a dominação gênero que aparece no decorrer do atendimento à demanda das mulheres cuidadoras que procuram os serviços da política de assistência. A escolha das/os sujeitos foi, em função das condições de isolamento social durante esse período pandêmico, por acessibilidade; ou seja, foram entrevistadas assistentes sociais que trabalham no CRAS a no mínimo três anos e que aceitaram participar da pesquisa através de contato realizados previamente por contato telefônico. Foram tomados os cuidados éticos com relação ao consentimento da/os pesquisadores e a garantia do anonimato em suas contribuições.

Optou-se por apresentar, nesse artigo, parte dos resultados da pesquisa a partir de dois tópicos necessários para responder o objetivo ora proposto: apresentar aspectos da relação entre valores morais e dificuldades apresentadas por mulheres atendidas na política de assistência de Londrina.

## **1-ASPECTOS FUNDAMENTAIS PARA O DEBATE DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL COM FAMÍLIA**



Para (Vasquéz, 2000) a moral burguesa, no modo de produção capitalista, se estrutura de forma a fortalecer a propriedade privada e a divisão da sociedade em classes sociais antagônicas. Trata-se de uma moralidade que tem entre seus aspectos fundantes o individualismo e valores associados à defesa da propriedade; dentre esses, a defesa de um modelo tradicional de família. Nesta mesma direção Saffioti (2003, p.55) considera que a moral que nasce, no capitalismo, se delega à estrutura familiar um papel central de controle social, e, com isto, a adoção do controle sobre o papel da mulher dentro e fora da casa. Ou seja; por meio da apropriação do acesso de bens e produtos, a burguesia transforma o homem em sua principal fonte de exploração de mão de obra, enquanto atribui à mulher a responsabilidade pela manutenção do espaço privado da casa e da criação e reprodução de herdeiros, filhos.

Para atender as demandas desta formação social capitalista, segundo Saffioti (2013), a sociedade começa a reestruturar suas concepções morais, econômicas, ideológicas e especificações estruturais de como serão preenchidos os lugares pensados para a família e para as mulheres dentro da cadeia produtiva, ou seja, começa a configurar-se o processo de sujeição e exploração feminina dentro da sociedade capitalista. A autora esclarece que, como apresenta-se, historicamente, neste modo de produção capitalista, o processo de industrialização se deu a partir da extrema exploração de mão de obra, sendo esta masculina, feminina e infantil. Esclarece, também que, ao refletir o papel da mulher dentro deste processo, que se observa a aplicação de uma dupla jornada e de apropriação de sua vida privada e pública. Esta dupla jornada caracteriza-se pela inserção da mulher, dentro do trabalho fabril e a manutenção da sua jornada no trabalho doméstico, responsável pela ordem e bem-estar da casa e da família, ou seja, a figura feminina é duplamente explorada. A este respeito um dos sujeitos desta pesquisa questiona: Até que faixa etária o corpo feminino é considerado apto a esta demanda pela jornada dupla? E o próprio sujeito alerta:

Não se quer defender aqui essa dupla jornada, mas ao contrário, chamar atenção para um outro fato: a dupla jornada tem como uma de suas consequências o desemprego na idade considerada menos produtiva (...) Mas também tem uma parcela de mulheres com mais de 50 anos, que tem filhos adultos, que os filhos não moram mais na casa e são mulheres que pela faixa etária tem grande dificuldade de inserção no mercado de trabalho, tanto formal, quanto informal e não tem idade para benefícios como o BPC (Benefício de Prestação Continuada), então é uma faixa etária de mulheres que não tem renda. Até os 55, eu observo que têm alguma atividade remunerada, mas principalmente no mercado informal. Dos 55 aos 65, que aí é a idade de acesso ao BPC estas mulheres não conseguem se inserir no mercado de trabalho formal ou informal. (...) Então são mulheres que contam com o apoio de familiares muitas vezes, para manter as demandas básicas e que, a renda se baseia basicamente no benefício de transferência de renda municipal e federal. (sujeito 3)

A moral que se designa a manutenção do poder público, privado, econômico sobre o corpo feminino, classificada como patriarcado, é uma das estruturas mais antigas da



sociedade, percorre e se atualiza de acordo com as condições sócio-históricas, “o patriarcado não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo.”

#### Segundo Saffioti em “Gênero, patriarcado e violência” (2004)

O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido de liberdade civil não podem ser compreendidos sem a metade perdida de história.

Sendo assim, é através dos valores patriarcais, inseridos socialmente que se estabelece as desigualdades sociais e particulares vivenciadas e reproduzidas cotidianamente por mulheres. Este contrato perpassa a esfera familiar e é reproduzido em todos os outros espaços ocupados por mulheres, trazendo perspectivas que se organizam sujeição, da violência física e psicológica.

No Brasil, assim como as determinações da questão de raça e de classe, a questão de gênero foi um pilar extremamente importante para sua organização e construção da sua sociabilidade, sendo assim, a condição das mulheres na sociedade de classes é um dos maiores pilares para o processo de industrialização do país. Como salienta Saffioti (2005), a desigualdade de gênero é um dos pilares para a manutenção dos privilégios, hierarquias e status. A autora observa que, ao contrário do que foi apontado pelo pensamento de dominação tradicional weberiano (processo de dominação que se estabelece através da tradição), o patriarcado se difunde com a ascensão do capitalismo. No Brasil, um se integra ao outro mantendo a combinação entre dominação e exploração.

Além disso, o processo de inserção no mercado de trabalho age diferente entre mulheres brancas e negras, uma vez que, mulheres negras sempre foram consideradas aptas ao trabalho, seja ele doméstico ou realizado nas lavouras de café e cana de açúcar; sua existência já era considerada não apenas força de trabalho, mas também, a mercadoria em si, pois, não se estabelecia a lógica da remuneração para estas. Ou seja, quando se fala da inserção da mulher no mercado de trabalho, é sobre a mulher branca assalariada. Sendo que, as mulheres negras, desde quando chegaram no Brasil, sempre estiveram expostas e obrigadas ao trabalho e antes disso, as mulheres indígenas.

Esse processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho traz para as usuárias da política de assistência dificuldades materiais no campo da necessária garantia da sobrevivência familiar. A este respeito, os sujeitos da pesquisa afirmam:

As dificuldades materiais estão (...) diretamente vinculadas ao campo da sobrevivência familiar. Isto é reflexo das dificuldades encontradas na inserção ao mercado de trabalho direto ocasionando a falta de renda. Ao não conseguir emprego ou trabalho esporádico as mulheres não conseguem gerar renda (...)isto gera dificuldades materiais como insegurança alimentar; manutenção familiar; subsistência básica.” (sujeito 1)



O que leva as mulheres majoritariamente, em um primeiro momento a procurar a Política de Assistência social, é a questão de renda, é a sobrevivência (...) Depois podemos perceber que existem outros motivos para esta procura, a questão da violência, a falta do Estado nesta questão do cuidado, mas, em primeiro momento é a questão de sobrevivência mesmo, principalmente neste momento que estamos agora (referindo-se a pandemia), onde está tudo muito intensificado” (sujeito 2)

Apesar dessas dificuldades, as mulheres atendidas no CRASS, buscam diferentes estratégias de sobrevivência, dentre estas as que se configuram em trabalhos que geram rendimentos incertos e vinculados às funções tradicionalmente delegadas às mulheres. A este respeito, um dos sujeitos da pesquisa, comentando sobre essas estratégias relata que se configuram em:

“Trabalho esporádico no campo das diárias (diaristas; domésticas) em que pouquíssimas são registradas, maioria trabalha na informalidade; pequenos trabalhos manuais com produção de doces e bolos; conserto de roupas; serviços de babá, cuidar dos filhos das vizinhas para que estas possam ir trabalhar.” (sujeito 1)

Diante desse cenário, a única garantia de uma renda fixa é a que se relaciona aos valores referentes “aos benefícios de transferência, vinculados ao bolsa família ou benefício da prefeitura, fornecido pelos CRAS” (sujeito 01). Esta situação de precarização material agravou-se durante o período da pandemia do coronavírus. Isto porque, segundo esse sujeito da pesquisa, diante dessa pandemia: “muitas destas mulheres perderam esta fonte de renda, pois, com o medo da contaminação e/ou falta de recursos para manter a diarista, as patroas abriram mão e muitas foram dispensadas” (sujeito 1)

## **2. TRABALHO COM FAMILIAS NO COTIDIANO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTENCIA**

Na contemporaneidade, o campo de trabalho para os assistentes sociais se dá no interior das políticas sociais que, em sua maioria, são administradas e viabilizadas pelo Estado e dentre estas destaca-se, nesta pesquisa a política de assistência que objeto desta pesquisa que tem, entre seus parâmetros, a organização de serviços e ações com centralidade na família o reforça a desigualdade de gênero, à medida que aumenta a sobrecarga feminina e reforça os papéis “historicamente” construídos de “cuidadora”. (CARLOTO, 2010, p. 1).

Segundo Secon (2018), no ano de 2005, cria-se o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), órgão operante que tem em sua formulação o intuito de viabilizar programas da política de assistência em território nacional e se estabelece o Plano de Assistência Social (PAS), que tem em suas diretrizes a implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e ambos convergem para operacionalizar a política de assistência que deixa de



fundamentar suas ações no indivíduo e começa a ser uma política que direciona suas ações na família e no bem-estar comunitário.

Dados recolhidos do Boletim da Secretaria Nacional de Assistência Social <sup>4</sup>datado de junho de 2018 apontam que em 2015, o número de famílias chefiada por mulheres passou para 40,5%. E a política criada para atender essas famílias é organizada por uma lógica familista que tende a responsabiliza as mulheres pelas condições materiais e afetivas de todos os membros da família. A esse respeito, cabe citar o relato do sujeito 3:

Antes da pandemia, eu e a outra assistente social do CRASS realizávamos um grupo de gestantes. Era muito bacana porque a agente conseguia discutir diversas questões de gênero, questões relacionadas a gestação, mas não só questões relacionadas a gestação em si, só a gravidez, mas questões relacionadas a vida da mulher (...) no grupo de gestantes, a gente via isso com as adolescentes gestantes, adolescentes de 15 anos que estavam grávidas e que não viam outra perspectiva, que ia ser mãe e cuidadas da casa. Eu lembrei de um grupo que a gente fez, que tinha uma mulher que tinha feito curso superior e engraçado em outro curso, uma adolescente de 13, 14 anos ouviu ela contando a experiência dela, a adolescente ficou muito surpresa, porque ela não deslumbrava, não tinha outra perspectiva a de vida. A mãe dela foi mãe muito jovem, só cuidou dos filhos e da casa e ela também, seguindo essa situação e ainda hoje, é o que acontece.

Outro dado retirado do Boletim da Secretária Nacional de Assistência é de que as mulheres são maioria com 53,1% do total de usuários desta política. Tal fato ocorre porque há uma naturalização de que a figura feminina é naturalmente, ou biologicamente mais disposta a representar as demandas e os cuidados da casa e das pessoas que constituem a família. A este respeito, um dos sujeitos da pesquisa afirma: “O público do CRAS, apesar de agora, ter uma incidência masculina, é majoritariamente feminino, predominantemente ressaltou a entrevistada, a fim de fortalecer as mulheres” (sujeito 01)

Dados retirados da “Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise das condições de vida da população brasileira” do IBGE de 2018, apontam que a responsabilidade de cuidar de moradores ou parentes não moradores é de 37% para mulheres, enquanto para os homens é de 26,1%, há também as horas gastas relativas aos afazeres domésticos e cuidados, sendo em média 21,3h por semana às mulheres, enquanto os homens gastam 10,9h semanais. A este respeito, os sujeitos da pesquisa afirmam:

Os maiores cuidados delegados as mulheres é o cuidado com a casa, com os filhos e o cuidado do marido/companheiro. E quando eu falo o cuidado com os filhos envolve desde a gestação, a barriga é dela, então ela quem tem que se cuidar e depois amamentação, lavar a roupa, educar, cuidar, buscar a rede de serviços para aquela criança. As filhas mulheres, conforme elas vão crescendo [vão aderindo] à reprodução destes serviços, do cuidado com os irmãos, da casa, de auxiliar a mãe a ir à escola buscar uma tarefa. E o filho, 14, 12 anos, já vai para roça ajudar, auxiliar o pai. Então a reprodução disso ocorre mesmo quando a mulher não tem seu companheiro elas educam as filhas para casa e os filhos para trabalhar fora (...) as atribuições domésticas do âmbito privado da família ainda se mantêm com a mulher,

<sup>4</sup> Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2018/06/Boletim-5-CGPVIS.pdf>



não existem tarefas divididas, existem, quando muito, a ajuda masculina, o que é muito diferente (sujeito 1)

O sujeito 2 reafirma:

Aquilo que a gente conversou um pouco, na verdade os cuidados são delegados as mulheres, filha, mãe, vó, é raro a gente ver os homens desempenhando alguma função de cuidado e quando a gente vê é como uma ajuda, como algo que fazem a mais e não como um trabalho que eles devem desempenhar por morar, existir, por sujar, por ter filhos. Então é praticamente todos os cuidados delegados as mulheres, quando a gente vê homens desempenhando cuidado é em atividade no ambiente público, não no ambiente privado, ir ao açougue, ir ao mercado, esse tipo de cuidado

Sujeito 3 reafirma:

Acho que é o que mostra muito da nossa sociedade, dos valores partilhados pela nossa sociabilidade, nas condições objetivas da sociedade capitalista. As mulheres como as responsáveis pelo cuidado do lar, dos filhos, das atividades domésticas, o homem como provedor, na esfera pública. A mulher na esfera privada e o homem na esfera pública. As filhas responsáveis por auxiliar a mãe, as mães velhas cuidam dos irmãos. A mãe sai para trabalhar e a filha adolescente quem cuida dos irmãos e os meninos não têm tantas responsabilidades como as meninas. Os meninos geralmente estão brincando, jogando bola. É muito reflexo da nossa sociedade, da questão de gênero mesmo.

O trabalho social com famílias é utilizado na ampla rede de ações do assistente social, daí a necessidade de atenção aos valores reproduzidos quando do atendimento às mulheres para não reproduzir esta moralidade machista que coloca a mulher como ponto estruturante dos vínculos familiares e suas demandas.

Então, é claro que assim, a forma como a gente vai lidar com isso faz toda diferença. Se eu levo em conta meu Código de Ética, que a minha direção profissional estabeleceu enquanto princípio, eu vou atuar em relação as condicionalidades do Bolsa Família de uma forma completamente diferente que uma pessoa que não tem esse entendimento irá lidar. Eu, enquanto assistente social, posso encarar de uma forma que não responsabiliza a mulher, mas, isso não vai deixar de fazer com que a política faça isso, mas, minha ação profissional pode ser diferente." (sujeito 2)

Guedes e Daros (2009, p.3) afirmam que "a naturalização da mulher como cuidadora vincula-se a diferentes lugares atribuídos a ela na família: esposa ou companheira; filha, mãe, tia, avó." Este papel é atribuído e reforçado ao gênero feminino, e são valores patriarcais sustentados historicamente pela moral que se expressa cotidianamente na realidade de mulheres. A este respeito, um dos sujeitos da pesquisa reflete:

As atribuições domésticas do âmbito privado da família ainda se mantêm com a mulher, não existem tarefas divididas, existem, quando muito, a ajuda masculina, o que é muito diferente (...) as mulheres reproduzem estes valores de acharem que é responsabilidade delas e que se elas não fizerem, elas estão em débito, não são uma boa mãe, não são uma boa dona de casa (...) os homens também reproduzem, e por isso elas também reproduzem. Na grande parte das famílias monoparentais em que a mulher é responsável pela manutenção familiar elas se reconhecem como uma família inacabada, porque precisa da presença paterna. Tanto para colocar limite nos filhos, quando para colocar alimento dentro de casa e para "ter o meu companheiro" no sentido da figura masculina, não no sentido de parceiro e dividir as dificuldades e os momentos bons, mas sim, de mostrar socialmente que se tem um parceiro. (sujeito 01)





Ressalta-se a visão crítica da equipe profissional em procurar fornecer espaço de que traga mais confiança e abertura para estas mulheres, para que, durante o atendimento seja possível trazer à tona reflexões sobre os papéis atribuídos às mulheres:

Com o atendimento se realizando de forma mais individual, estes valores não se apresentam de imediato, mas sempre quando há atividades coletivas, anteriores a pandemia, percebe-se na fala das mulheres a reprodução de valores patriarcais (“meu marido não deixa”; “a responsabilidade é minha”; “tenho que cuidar do filho e da casa”; “quando eu chego, sou em quem tenho que fazer a comida”; “sou eu quem vou na reunião da escola/CRAS” (sujeito 1)

(...) grande parte das mulheres se relaciona de uma forma de submissão com os homens, não em uma relação de igualdade, mas de uma relação hierarquizada, onde a submissão é o que se é esperado pelos homens, inclusive pelas mulheres, dentro desta sociedade em que a gente vive. E isso, de uma forma muito naturalizada e muito intrínseca para aquela mulher, aquelas mulheres enquanto coletivo. Então a gente vê que essa submissão vai se manifestar de diversas formas, não só de uma forma violenta, mas numa forma que aquilo que ela desempenha na casa dela, aquele trabalho que ela realiza de cuidados, não é trabalho, primeiro de tudo “não é um trabalho”, além de não ser um trabalho é algo que é “dela mesmo, ela nasceu para fazer aquilo, ela nasceu sabendo aquilo” (sujeito 2)

Observa-se a necessidade de construir, durante o trabalho da/o assistente social atividades que sirvam como “espaço de troca” para que as mulheres possam perceber que situações como as que são vivenciadas por ela são, também, vivenciadas por outras mulheres; o que pode gerar indagações e desconfortos sobre a restrição e a rigidez de suas funções e sua presença dentro da esfera familiar e doméstica. Nesta direção, ao falar da relação com a equipe de trabalho, o sujeito 01 destaca a importância da defesa de direitos da mulher e a crítica ao policiamento de comportamento que deriva da reprodução de preconceitos no cotidiano. Contudo, no que tange à política de assistência, o mesmo sujeito afirma:

A estrutura e lógica da política é extremamente perversa, porque a política é familista, por criar uma reprodução dos valores de uma sociabilidade patriarcal, machista, misógina em relação as mulheres, há uma hiper responsabilização das mulheres no trato direto, dentro da política. A mulher que é responsável familiar para ficar do CAD único; a mulher que, em maioria das partes vai procurar o serviço do CRAS, é a mulher que tem que gerenciar o recurso recebido de R\$ 182; R\$ 100; R\$ 258, ela é quem precisa gerenciar para comprar aquilo que precisa, dentro da casa, tendo ou não companheiro ela quem vai gerenciar aquilo que vai comprar. Então a política em si reproduz isso, e aí, os serviços que são ofertados dentro desta política também reproduz, por exemplo, quando a gente precisa obrigatoriamente fazer um plano familiar, que você precisa se sentar com a família, você não se senta com a família você se senta com a mulher. No máximo ela leva o filho, porque o marido está no lote, ou porque não tem, então novamente você pactuar os acordos com a mulher e aí ela vai se responsabilizar a dar seguimento nestes acordos pelo período que foi pactuado de acompanhamento 6 meses; 1 ano.

Para exemplificar as reflexões sobre a lógica familista da política, o sujeito 01, relata:

Eu atendo uma moça que acabou se separando porque tinha feito a escolha de cuidar do pai que é acamado, e próximo a isso ela descobriu que esta gestante de gêmeos. Então tem o suporte dos serviços, fazendo acompanhamento, sendo apoio, mas ela precisa ser cuidada. Psicológica e fisicamente, e quando as crianças nascerem? A política reproduz os valores da nossa sociabilidade patriarcal, escravocrata



O sujeito 2 exemplifica sobre os reflexos dessa lógica dentro das condicionalidades para a concessão e/ou permanência de benefícios:

Na verdade é a responsabilização da mulher sob gestão deste benefício (...) se ela não cumpre, ela é penalizada (...) uma das condicionalidade(...) A condicionalidade da saúde é praticamente só para mulher e criança. É manter a vacinação, o peso das crianças e acompanhamento da mulher em idade reprodutiva, em idade reprodutiva, por mais que não tenha repercussão, muita gente fala “a mas não tem repercussão no benefício, não bloqueia”, mas está lá, as mulheres em idade reprodutiva têm que ser acompanhadas, as mulheres, os homens não.

O que se observa, é que esta lógica, além de colocar a figura feminina como refém dos padrões comportamentais esperados pela política, transfere a ela toda a responsabilidade dos sujeitos, que estão expostos à diversas situações advindas da sociedade de classes.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nessa pesquisa realizou-se um estudo sobre a moral sexista e patriarcal presente e reproduzida no cotidiano da nossa sociabilidade e nos mecanismos de proteção social utilizados pelo Estado para garantia de acesso a direitos. Entende-se que as questões levantadas nos objetivos foram respondidas através da bibliografia utilizada conceituando os valores morais históricos sobre as ações sexistas e patriarcais que se refletem até hoje e estruturam nossa sociabilidade, trazendo também fatores que foram específicos de como esta estrutura se configurou no Brasil. Outro fator de extrema importância para a que os objetivos específicos da pesquisa fossem alcançados, foram as entrevistas realizadas, que agregaram dados empíricos aos conceitos apresentados, trazendo o cotidiano do trabalho do assistente social, assim como, os reflexos que esta estrutura patriarcal trás ao desenvolvimento e aplicação de políticas públicas.

Foram consideradas, também, as questões trazidas pelos sujeitos entrevistados sobre o enfrentamento a pandemia e de como esta repercutiu no cotidiano dos assistentes sociais e no cotidiano das mulheres atendidas, um exemplo disso, é a questão do desemprego trazido pelos sujeitos e, o agravamento da violência doméstica. Presumo que seja importante ampliar o debate sobre como as mudanças socioeconômicas refletem sobre o corpo feminino em pesquisas futuras, como por exemplo, para o trabalho de conclusão de curso. Entende-se que o agravamento da pobreza e questões como o confinamento podem vir a refletir em ações violentas e, especificamente, como isto se aplica de forma objetiva sobre o corpo feminino. Reitera-se, com esta pesquisa a importância de debater sobre o sexismo e o patriarcado que se constroem através de estruturas sociais e institucionais e como este, afeta diretamente a emancipação do corpo feminino. Considera-se importante ponderar que as críticas levantadas nesta pesquisa não são direcionadas à instituição familiar de forma a desacreditar sobre a importância dos vínculos familiares na construção das relações sociais e na individualidade de qualquer indivíduo; mas apenas sinalizar



aspectos de uma moralidade que requerem reflexões críticas com vistas a construção de valores emancipatórios nas políticas de atendimento à mulheres, sobretudo, as políticas de seguridade social: previdência, saúde e assistência.

## REFERÊNCIAS

- BONFIM. P. Conservadorismo Moral e Serviço Social. Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2015.
- CARLOTO, C. Programa Bolsa Família, cuidados e o uso do tempo das mulheres. *In*: MIOTO, R. C. T; CAMPOS, M.S.; CARLOTO, C.M. (orgs.) **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 179-206.
- DAROS. M. GUEDES. O.S. O cuidado como atribuição feminina. Londrina. Serviço Social Em Revista. 2009. Disponível In: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10053>. Acesso em fev. 2021.
- SAFIOTTI.H. Gênero. Patriarcado e Violência. São Paulo. Expressão Popular. 2013
- SECON.M.A. O trabalho do assistente social com famílias na política de assistência social: possibilidades de superação do conservadorismo moral. 2018. 169fl. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. Londrina. 2018. Disponível In: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000221523>. Acesso em dez. 2020.
- VAZQUES.A. S. Ética. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2002. 23ª.Edição.